

## **A importância da literatura luso-africana para a construção da identidade do povo brasileiro**

*The importance of Luso-African literature for the construction of the identity of the Brazilian people*

**Vanessa Alves Felix**

Mestre em Literaturas Portuguesa e Luso-Africanas. Professora de Língua Portuguesa.  
Colégio Militar de Santa Maria, RS.

E-mail: [vanessa.a.felix@gmail.com](mailto:vanessa.a.felix@gmail.com)

**RESUMO:** Neste artigo, uma breve análise da importância das Literaturas Luso-Africanas para a construção da identidade dos povos de expressão portuguesa é feita. Além disso, a tentativa de compreender como elas podem atuar no resgate da cultura africana e como a Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e no ensino médio, foi pensada. Neste trabalho, estudos teóricos pós-colonialistas e textos que falam sobre a importância da discussão racial, nas escolas, foram utilizados; assim como o currículo atual foi problematizado.

**Palavras-chave:** Literatura Luso-Africana, Educação, Currículo.

**ABSTRACT:** In this article, a brief analysis of the importance of Luso-African Literatures for the construction of the identity of the Portuguese-speaking peoples is made. In addition, the attempt to understand how they can act in the rescue of African culture and how Law 10.639/03, which made the study of Afro-Brazilian history and culture compulsory in elementary and high school, was designed. In this work, postcolonialist theoretical studies and texts that talk about the importance of racial discussion in schools were used; just as the current curriculum was problematized.

**Keywords:** Luso-African Literature, Education, Curriculum.

### **Literatura luso-africana: um olhar crítico**

A Literatura é deveras importante na vida do homem, principalmente na formação dos cidadãos, visto que a mesma ajuda na compreensão dele com seu íntimo e transmite importantes mensagens à mente consciente, à pré-consciente e à inconsciente. Dessa forma, ela acaba fornecendo o desenvolvimento da personalidade dos seres humanos. Estudos sobre a relação da psicanálise com a literatura relatam que, na medicina tradicional hindu, um conto de fadas, por exemplo, que emprestasse forma a seu problema particular, era oferecido para meditação a uma pessoa desorientada psiquicamente. Esperava-se que, depois da meditação, o indivíduo fosse levado a compreender o seu impasse existencial.

É interessante salientar que, quando lemos um livro, há normalmente o despertar do imaginário. E esse imaginário, segundo Hilário Franco Júnior (1998), é: histórico, simbólico, plural e catártico. Histórico, porque tem relação com o presente do leitor; simbólico, pois ele representa sentimentos do grupo social; plural, afinal expressa vários sentidos a partir de vidas diferentes; e catártico, porque serve como válvula de escape para a sociedade. O cotidiano, apontado como fenômeno recente na historiografia, segundo Mello (1992), também é um elemento bastante explorado por autores que buscam retratar o meio em que vivem e, com isso, o leitor acaba tendo

acesso ao campo do imaginário e da mentalidade coletiva que o autor está inserido. Mello (1992, p. 7), diz:

Saber como os homens viviam é importante; mas, tão ou mais importante é saber como eles pensavam, como representavam mentalmente a realidade existencial, porquanto neste quadro imaginário estão inscritos os seus sonhos, os seus ideais de vida, as suas ideologias, em suma, tudo aquilo que a camisa de força da realidade impedia de ter uma existência plena.

Relendo o texto *Direito à Literatura*, do Antonio Candido (1995), podemos compreender o anseio do escritor para que todos um dia possam ter acesso à literatura. Candido parte do pressuposto de que “direitos humanos” é aceitar que aquilo que é indispensável para mim também é para o meu próximo; comida e moradia são importantes, assim como o acesso aos livros. O autor também mostra a importância que essa tem quanto à responsabilidade social, pois denúncias foram feitas por meio dela. Escritores e obras famosas são citados, como: *Os miseráveis*, de Victor Hugo e o escritor francês Émile Zola, que inclusive nos deixa um pensamento exposto há muitos anos atrás, “Os governos suspeitam da literatura porque é uma força que lhes escapa”. Com uma linguagem simples e direta, ele também afirma que “deixar grande maioria da população brasileira sem contato com o mundo literário é o mesmo que tirar a esperança de alguém”. Porém, dentre tantos direitos que o contato com a leitura fornece, considero um dos mais importantes aquele que permite o encontro do ser humano com a sua identidade, a que nos revela quem somos e em que sociedade vivemos.

Com um olhar mais atento para a Literatura Luso-Africana, vejo que essa ajuda a compreensão da identidade dos povos de expressão portuguesa, principalmente se observarmos os escritos de Eduardo Agualusa, Pepetela, João Melo, Mia Couto, entre outros escritores africanos. Esses nos ajudam a pensar sobre as influências que Portugal deixou em seus países. Além da língua portuguesa, o povo português deixou marcas que são vistas literalmente na pele do povo. O processo de miscigenação, por exemplo, muito associado ao Brasil, e apresentado na literatura brasileira por meio de grandes obras como *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), também é mostrado por autores contemporâneos que compõem a PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Assim, entendo que o estudo da Literatura Africana de expressão portuguesa muito tem a nos dizer sobre a formação sociocultural de povos como o Brasil. Como dito anteriormente, a literatura, por vezes, serve como válvula de escape para a sociedade, e aquele que a escreve nos impulsiona a refletir sobre a realidade do seu país. Para maior aprofundamento do assunto, essas questões de identidade são tratadas por meio das teorias pós-colonialistas, pois as mesmas abordam os íntimos aspectos de uma nação. O discurso pós-colonialista é centrado na questão colonial antecedente e produzido em todas as sociedades que tiveram seus países colonizados, como a Índia. As difusões dessas teorias ocorreram mais tarde na América Latina.

Também saliento que meus estudos muito se deram pela sanção da Lei nº 10.639/03, em janeiro de 2003, que tornou obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e no ensino médio, pois acredito que o professor precisa de formação para trabalhar esse assunto na sala aula. E essa formação ocorrerá quando mergulharmos na literatura daqueles que compõem a essência do povo brasileiro. Logo, acredito na força do professor pesquisador, que une a prática e o ensino a fim de uma educação de maior qualidade. Eu não posso querer despertar no meu aluno a ânsia pela pesquisa, se eu mesmo, difusor do conhecimento, não a tenho.

O que revelei acima são apenas alguns dos meus anseios frente à propagação do gosto pela literatura. Como professora, dentre tantas as conversas que tive com os alunos, pude compreender que o “não gosto” pela leitura está associado à não compreensão do motivo pelo qual eles têm que ler determinada obra. Ou seja, eu não me atraio por aquilo que para mim não tem sentido e, pensando nesta palavra, digo que a minha paixão pela Literatura Luso-Africana está associada ao

quanto sei que a mesma revela sobre mim. A Literatura Luso-Africana tem muito a revelar sobre o povo brasileiro que, muitas vezes, não sabe a beleza da sua história.

Identidade, segundo alguns filólogos, é “um conjunto de características próprias e exclusivas de um indivíduo”, ou seja, apesar de fazermos parte de uma sociedade que impõe que sejamos iguais, é importante que saibamos que temos as nossas diferenças, essas que não servem para nos julgarmos uns melhores que os outros, mas apenas diferentes e pertencentes a uma sociedade onde reina a diversidade. A partir disso, penso no quanto é essencial fazer com que o educando enxergue que ser “diferente” é normal e que precisamos lutar pelo “direito à diferença”. Particularmente, gosto do termo “direito à diferença” exposto pela professora Glória Moura, do Departamento de Artes Cênicas e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília, porque ele consegue expressar o anseio daqueles que se sentem marginalizados no lugar em que vivem. Contudo, como ela afirma no texto “O direito à diferença” (2008, p. 65), contido no livro *Superando o racismo na escola*, falar sobre este assunto na escola e fora dela não é tão simples, pois exige a desconstrução de uma história contada há séculos pela classe dominante, essa mesma que inventou a superioridade do “homem branco” sobre o “homem negro”.

Considero um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve ao aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro.

E qual o papel da Literatura frente a isso? A meu ver, ela serve para resgatarmos a história da nação brasileira. E o estudo das Literaturas Africanas nas escolas tem um forte papel na luta contra a discriminação dentro e fora dos muros da escola. Por qual motivo os brasileiros negam a sua identidade? Esse é um dos questionamentos que a professora Moura faz no seu ensaio e penso que isso esteja associado à falta de aprofundamento na história dos nossos antepassados. No texto “Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil” (2005), a autora Heloísa Pires Lima afirma que “A Literatura infanto-juvenil apresenta-se como filão de uma linguagem a ser conhecida, pois nela reconhecemos um lugar favorável ao desenvolvimento do conhecimento social e à construção de conceitos.” Sendo assim, novamente volto a reafirmar o que disse na introdução deste trabalho: “A Literatura é deveras importante na vida do homem, principalmente na formação dos cidadãos.”

Toda obra literária, porém, transmite mensagens não apenas por meio do texto escrito. As imagens ilustradas constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. Se examinadas como conjunto, revelam expressões culturais de uma sociedade. A cultura informa por intermédio de seus arranjos simbólicos, valores e crenças que orientam as percepções de mundo. (LIMA, 2005, p. 97)

Ainda em referência a literatura infanto-juvenil, podemos refletir sobre a importância da leitura na vida das pessoas, precisamos questionar “quem escreve ou desenha a obra?”, como afirma a pesquisadora Lima, pois a está incrustada de elementos ideológicos.

Descolando o autor do ilustrador, a obra da editora, podemos observar melhor a conexão de um sistema de crenças e valores que se reconstrói através das imagens. Nessa dimensão, a literatura é, portanto, um espaço não apenas de representação neutra, mas de enredos e lógicas, onde “ao me representar eu me crio, e ao me criar eu me repito”. E se verticalizarmos, nesse contexto, o tema das relações raciais no Brasil, o livro infanto-juvenil torna-se um documento importante para uma análise. Por ele, avista-se a rearticulação de ideologias, por meio de estratégias específicas. (LIMA, 2005, p. 98)

O número de personagens negros nos livros é muito pequeno e, se observarmos as obras em que aparecem, eles quase sempre são associados à escravidão. Entretanto, vejo que o problema não é associá-los à escravidão, pois não podemos esquecer de um passado que fez parte da nossa história, mas sim associar o negro somente à escravidão.

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias, aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorização pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se, assim, uma inferiorização datada. A eficácia dessa mensagem, especialmente na formatação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real. O modelo repetido marca a população como perdedora e atrapalha uma ampliação dos papéis sociais pela proximidade com essa caracterização, que embrulha noções de atraso. (LIMA, 2005, p. 99)

O texto “Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação” (2005), de Nilma Lino Gomes, há a seguinte reflexão:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidade étnico cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões com a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2005, p. 143)

A partir dessa citação, proponho um diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+) que afirmam que o ensino da Literatura não deva ser apenas um preparatório para o Ensino Superior, mas sim para a vida:

O novo ensino médio, nos termos da Lei, de sua regulamentação e encaminhamento, deixa portanto de ser apenas preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir a responsabilidade de completar a educação básica. Em qualquer de suas modalidades, isso significa preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente, seja no eventual prosseguimento dos estudos, seja no mundo do trabalho. (PCN+, 2002, p. 8-9)

Mediante o exposto, podemos avaliar que a nova proposta para o Ensino Médio requer uma integração das disciplinas, visto que informações superficiais e isoladas que o sujeito recebe na fragmentação das áreas de conhecimento se dissipam com o passar do tempo. Verificamos que a preocupação agora é formar o cidadão. O aluno constitui um perfil crítico, capaz de argumentar, opinar, informar, levantar questionamentos enfim, desenvolve habilidades que contribuem para sua vida e, simultaneamente, para a sociedade.

Stuart Hall, estudioso sobre cultura com ênfase no debate político, faz uma reflexão sobre a identidade cultural, no livro *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (1992). Identidade é uma questão que está sendo intensamente discutida na teoria social, porém os sociólogos não chegam a um consenso, visto que falar sobre esse assunto é muito complexo. Contudo, segundo Hall (1992, p. 7), “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX”. E isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, etnia, raça e nacionalidade. Essas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a

ideia que temos de nós como sujeitos integrados, o que acaba ocasionando uma crise de identidade. Assim, observa o crítico cultural Koberna Mercer (1990, p. 43), “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Hall (1992) também afirma que existem três concepções de identidade, sendo elas: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo seria a pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, dotado das capacidades de razão, da consciência e de ação. É como se o sujeito nascesse de uma forma e continuasse essencialmente o mesmo. Quanto ao sujeito sociológico, esse seria o reflexo do mundo moderno cheio de complexidades, dessa forma essas complexidades teriam se transportado ao sujeito pós-moderno. A globalização, segundo Hall (1992) também contribuiu para essa crise de identidade:

À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural. As pessoas que moram em aldeias pequenas, em países pobres do “Terceiro Mundo”, podem receber as mensagens e imagens das culturas ricas pelos veículos de comunicação. Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, mais as identidades se tornam desvinculadas. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribui para esse efeito de supermercado cultural. Este fenômeno é conhecido como homogeneização cultural.

Anteriormente citei Hall porque ele dialoga com a representação da política e da sociedade nos países dos países de expressão portuguesa. Contudo, é importante salientar que a identidade em questão é a cultural, pois vejo que a mesma possa trazer explicações sobre o padrão de comportamento, crenças e costumes.

Também, gostaria de expor o conceito de “multiculturalismo emancipatório”, defendido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, porque essa ideia difere dos outros conceitos de “multiculturalismo”. Boaventura, ao conceder uma entrevista à revista Currículo Sem Fronteiras (GANDIN, 2003, p. 11-12) afirma que:

Por um lado, nós temos que convir que nós hoje vivemos uma época de discussões sobre o multiculturalismo porque durante muito tempo vivemos sob o domínio exclusivo do monoculturalismo. Não que não houvesse multiculturalismo; ele existia, simplesmente não era reconhecido como tal e, portanto, o monoculturalismo assentou-se fundamentalmente numa grande supressão de culturas alternativas que sempre existiram sob a cultura dominante. Sob esta cultura elas foram progredindo, elas foram sobrevivendo, apesar de marginalizadas, apesar de por vezes suprimidas. Mas, de todo modo, elas nunca foram completamente abolidas e, em certos momentos, elas foram obviamente aparecendo. Claro que a primeira forma de multiculturalismo conservador, se quisermos, é o colonial. Há um multiculturalismo colonial na medida em que o colonizador reconhece a essência de outras culturas, mesmo que tardiamente, como no caso dos indígenas na América Latina que tiveram leis próprias a partir do século XVI e do século XVII, ou mesmo na África (mais tarde) e na Índia.

Esse conceito, a meu ver, ajuda a pensar na crise de identidade vivida pelo sujeito pós-moderno, apesar de defender que os povos de expressão portuguesa possuam características semelhantes, por serem colonizados pelo mesmo país, não excludo as especificidades de cada país. Cada nação possui a sua identidade específica, e, no caso das ex-colônias, trata-se de oportunizar que as diferentes culturas e povos possam, finalmente, ter suas manifestações linguístico-culturais e costumes reconhecidos como parte das sociedades.

Nesta análise sobre o passado e a respeito do presente, não poderia pensar na Educação, no espaço escolar, sem observar o seu currículo. O que pensamos quando escutamos essa palavra? A

mim, remete a ideia de identidade, essa associada ao indivíduo. Poderia pensar no currículo como documento pessoal de uma pessoa que utiliza desse meio para se organizar, no papel, suas atividades feitas ao longo da vida ou também poderia pensar no currículo relacionado ao grupo de atividades que o aluno tenha que exercer numa determinada instituição. Contudo, o que me chama a atenção é que ambas as significações “mexem com a identidade” tanto singular como plural de uma sociedade. Afinal, ambos estão inseridos num contexto histórico e nos revelam um pouco do modo de produção que a nossa sociedade vive.

Por meio do livro Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo, do estudioso Tomaz Tadeu da Silva (2010), pude compreender melhor sobre as questões referentes ao currículo e acompanhar as teorias que falam sobre isso. A teoria tradicional, por exemplo, acredita que o currículo deve ser essencialmente técnico, como se a escola tivesse que funcionar de forma semelhante a uma empresa comercial. Entretanto, surgem as teorias críticas que questionam essa teoria tradicional que, segundo estudiosos, são as responsáveis pelas injustiças sociais por se tratarem de um aparelho ideológico do Estado. Paulo Freire (2000), grande pesquisador na área da educação, também critica o currículo por meio da ideia de “educação bancária”; segundo ele, a experiência do educando precisa ser valorizada, algo que a teoria tradicional tecnicista não leva em consideração. Sendo assim, surge uma nova proposta que viabiliza com que o ensino leve em consideração o saber do indivíduo: o currículo multiculturalista, esse que cria uma possibilidade de abordagem e de inclusão de grupos raciais e étnicos e que representa um importante instrumento de luta política. O currículo como uma prática cultural é aquele que vai ao encontro do aluno. Ou seja, ele não está ali simplesmente para moldar um indivíduo, mas para compreender as suas necessidades, fazer com que ele procure entender a sua identidade, pois só assim o sujeito terá autonomia. Autonomia essa que cria a possibilidade dos alunos não apenas reproduzirem, mas serem autores.

Ao pesquisar sobre a Literatura Africana, descobri um pouco sobre o continente africano e lamentei por saber que, assim como os índios, as histórias de luta e resistência dos negros não são fortemente ensinadas nas escolas, por aprender em sala de aula uma versão eurocêntrica da história da humanidade e por vivenciar, sendo negra, o preconceito que a sociedade pratica com aqueles que não possuem a “pele branca como a neve”. Contudo, também senti muito orgulho de saber daqueles que vieram antes de mim e ajudaram a construir a história do Brasil. Senti orgulho de conhecer sobre a minha identidade, pois, dentro desta longa história de luta dos negros contra a discriminação, para mim o grande exemplo que fica é o da resistência. Sendo assim, não poderia deixar de citar Zumbi dos Palmares que foi um conhecido líder quilombola que lutou constantemente pela não apropriação do Quilombo dos Palmares. Consta nos registros históricos que 1673 é a data do primeiro registro histórico referente a Zumbi e seu nome aparece em relatos portugueses sobre uma expedição que foi derrotada pelos quilombolas. No dia 20 de novembro de 1695, Zumbi é delatado por um antigo companheiro - depois de localizado, ele é preso e degolado. Hoje, à memória da morte de Zumbi dos Palmares, celebramos o dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra.

Para concluir, afirmo que o meu desejo como educadora é que a Literatura Africana possa ajudar para que o dia da consciência negra não fique restrito somente a uma data, mas que a mesma seja espalhada pelo resto dos dias, a fim de que possamos refletir sobre algo tão importante que é a liberdade. Essa que, segundo Freire (1987): “é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão.”

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais + (PCN+)** - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira. MEC/SECAD. 2005.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos** - edição revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

GANDIN, Luís Armando; HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Dilemas de nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. (entrevista com Boaventura de Souza Santos), **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 5-23, jul./dez 2003.

Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/curriculosemfronteiras.pdf>>. Acesso em 03 de julho de 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: Kabengele Munanga. (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: MEC, p. 143-154. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, 1ª edição. Rio de Janeiro, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 1992.

JÚNIOR, Hilário Franco. **Cocanha - A História de um País Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da educação, Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, P. 101-115. 2005. <Disponível em [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso em 20 de julho de 2018

MELLO, José Roberto. **O cotidiano no imaginário medieval**. São Paulo: Contexto, 1992.

MERCER, Kobena. **Welcome to the jungle**. Em J. Rutherford (Org.), Identity. Londres: Lawrence and Wishart. 1990.

MOURA, Gloria. **Superando o racismo na escola**. Brasília 2ª ed Ministério da Educação, Secretaria Continuada, Alfabetização e Diversidade. 204 pág. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3ª Edição. Editora Autêntica. 2010. Disponível em <[portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf)>. Acesso em 22 de julho de 2018.